

ARTIGO

O SERVIÇO SOCIAL DIRETAMENTE VINCULADO AO CONTEXTO HISTÓRICO EM QUE SE INSERE - UMA REFLEXÃO A PARTIR DO REFERENCIAL DE ANTÔNIO GRAMSCI* -

*Stéphanie Schaefer Batista***

RESUMO: é impossível conceber a prática profissional do assistente social sem ter clareza do contexto histórico em que este profissional se insere. Quais são as implicações da realidade contextual que o impedem ou possibilitam superar as contradições presentes na profissão? À luz do referencial teórico de Antônio Gramsci nos propomos a aprofundar estas questões.

PALAVRAS CHAVE: Serviço Social, capitalismo, bloco histórico, hegemonia, contra-hegemonia.

Apresentação

A assistência enquanto ação de ajuda e solidariedade social é prática antiga da humanidade e sempre se fez presente em qualquer tipo de sociedade, desde os primórdios da civilização, assumindo configurações específicas de acordo com o sistema sócio-econômico-político-cultural-religioso vigente. Entretanto, a assistência surge como profissão

* O presente artigo é uma síntese do primeiro capítulo da Dissertação de Mestrado intitulada “*O assistente social aguardado no próximo milênio. A articulação entre as expectativas do empregador e a formação profissional*”, concluída em maio de 1999.

** Assistente Social, Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, Mestre em Desenvolvimento Social.

na medida em que o grupo dominante do capitalismo industrial nascente, requisita seus procedimentos técnicos e científicos para intermediar a relação com a população submetida ao novo sistema. A partir daí inicia-se uma trajetória de contradições que sempre foi inerente à profissão. Neste aspecto, pensou-se ser pertinente recorrer ao referencial teórico de Antônio Gramsci. O autor pode contribuir com algumas elucidações ao debate que pretende-se elaborar neste artigo.

1. Um contexto que nos remete a Gramsci

A concepção de “hegemonia” em Gramsci nos remete ao esclarecimento das relações existentes entre “infra-estrutura” e “superestrutura”. A primeira é toda a estrutura econômica de uma sociedade, abrangendo as relações de produção, troca e distribuição. A segunda compõe as estruturas ideológicas, jurídicas e políticas dessa dada sociedade.

A infra-estrutura e superestrutura se relacionam dialeticamente compondo o “bloco histórico”, *“no qual, justamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma - sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais”*(GRAMSCI, 1995: 63).

Sendo assim, o bloco histórico é formado por um grupo social originado de uma atividade econômica que consegue impor sua “direção intelectual e moral”, ou seja, sua hegemonia sobre os outros grupos sociais. Esta imposição resulta num consenso que se cria ao redor do projeto de sociedade e da concepção de mundo do grupo dominante.

Agora pergunta-se: como se cria este “consenso” societário? Dito de outra forma, como se instala a hegemonia? Aqui, a “sociedade civil” e a “sociedade política”, membros da superestrutura do bloco histórico, exercem um papel fundamental.

Cabe salientar que a sociedade civil é o conjunto dos organismos ditos “privados”. A sociedade política é o *“comando que se expressa no*

Estado ou no governo jurídico”(GRAMSCI, 1995b:11).

A sociedade civil alcança o “consenso”, os interesses da classe dominante no bloco histórico através da ideologia. A sociedade política atua pela repressão quando a sociedade civil não obtém êxito. Por isso, Gramsci afirma que ocorre um processo de consenso versus coerção no estabelecimento da hegemonia (é a eterna dialética presente nas formas de raciocínio de Gramsci).

Isto nos leva a crer que hegemonia não é sinônimo de homogeneidade. Bem pelo contrário, a hegemonia se constrói em meio à contradição pois “à medida que o poder é exercido com domínio-coerção, de um lado, direção-consenso, de outro, a hegemonia é contraditória”(BALDISSERA, 1988: 94).

Como bem nos lembra Luciano Gruppi, a palavra “hegemonia” vem do verbo grego que significa dirigir, guiar, conduzir. “Gramsci usa esse termo não só no sentido tradicional que salienta principalmente a dominação, mas no sentido original da etimologia grega”(1995: 78).

Isto explica porque um Estado e uma classe dominante exercem a direção intelectual e moral sobre toda a sociedade obtendo coesão e consenso de forças em meio a interesses opostos. É a ideologia que mantém coeso o bloco histórico, garante Gramsci.

“Temos então um processo pelo qual as classes populares, embora tenham interesses antagônicos ao sistema, são basicamente subordinadas; porque não têm sua própria concepção de mundo, sua própria cultura, mas absorveram a cultura das classes dominantes de maneira heterogênea, desorganizada, passiva. De forma que a maneira de pensar das classes subalternas é destituída de organicidade, de capacidade crítica. As classes subalternas são levadas à rebelião mas esta não passa de um abalo que não consegue traduzir-se numa política, porque há uma subordinação ideal, cultural” (GRUPPI, 1995: 82).

Entendemos, portanto, que a sociedade civil, mesmo fundindo-se com o Estado, ela tem uma preponderância na direção ideológica.

“A hegemonia gramscista é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política” (PORTELLI, 1977: 65).

“Não há hegemonia ou direção política e ideológica, sem o conjunto das organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social” (COUTINHO, 1989: 78).

Essas afirmativas nos transportam para nosso contexto histórico onde Ivete Simionatto, usando suas lentes gramscianas, observa:

“São cada vez mais expressivas as frações da sociedade civil articuladas em torno de uma oligarquia financeira globalizada, que buscam garantir seus interesses ampliando os canais e as instituições capazes de aglutinar seus projetos, o que lhes confere uma hegemonia político-econômica assegurada pela performance do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo” (SIMIONATTO, 1997: 5).

Simionato (1995), cita a categoria gramsciana denominada “crise de hegemonia”. Esta ocorre quando as forças dominantes sofrem a oposição de forças emergentes que procuram encaminhar uma nova ordem social. Ao que parece, não é o fenômeno observado na atualidade. “Crise do capitalismo” não é sinônimo de “crise de hegemonia”. As crises do capitalismo são expressas pela passagem de diferentes ciclos demarcados em um tempo cronológico. São as novas formas assumidas pelo sistema capitalista que viabilizam sua permanência e fortalecimento. As “crises capitalistas” são estratégias de consolidação hegemônica.

2. A consolidação da hegemonia capitalista

Partindo do ponto de vista de Karl Marx, o capitalismo é organizado em torno do conceito de capital e da propriedade e controle dos meios de produção. No capitalismo, Marx detectou três forças presentes que se relacionam entre si: os trabalhadores, os meios de produção

(máquinas, fábricas, matéria-prima) e os detentores dos meios de produção.

Os capitalistas empregam os trabalhadores que não possuem os meios de produção, para produzir em troca de um salário. E aqui o polêmico Marx apontou o dedo para um sério problema: apenas os capitalistas exerciam o controle dos meios de produção explorando a classe trabalhadora que, em troca de uma árdua jornada, recebiam um mísero salário que nem satisfaziam suas necessidades básicas. Em compensação, os capitalistas, proprietários dos meios de produção, tomavam o resultado do trabalho de seus empregados o que lhes possibilitava aumentar cada vez mais suas riquezas. O processo de acumulação e lucro era injusto, denunciava Marx. E a contradição era ainda mais absurda visto que uma minoria capitalista (a burguesia) enriquecia às custas do suor da maioria composta por trabalhadores (o proletariado).

“É tendência constante e lei de desenvolvimento do regime capitalista de produção estabelecer um divórcio cada vez mais profundo entre os meios de produção e o trabalho” (MARX, 1992: 100).

A dinâmica do modo de produção capitalista foi descrita por Marx há cerca de 150 anos atrás. De passado só temos Marx personificado e de presente temos Marx imortalizado, visto que sua percepção sobre o capitalismo mantém-se pertinente.

Como explicar a evolução (ou “involução”?) deste sistema desde Marx? No mundo ocidental, o capitalismo precisou assumir várias formas para manter-se sem ocasionar uma “crise de hegemonia” e, conseqüentemente, uma contra-hegemonia. Pode se dizer que, até então, ele assumiu três formas: o liberalismo, o keynesianismo e o neoliberalismo.

2.1. O Liberalismo

A sociedade liberal, que nasce na metade do século XVII em reação ao mercantilismo intervencionista, caracteriza-se pela separação

entre a sociedade política e a economia. Os pressupostos ideológicos de liberdade, propriedade e individualidade pregam a não intervenção do Estado nos assuntos econômicos e apostam na auto-regulação do mercado. O mercado livre e competitivo determina a produção, os preços e a distribuição de renda. Como já dizia a Lei de Say, a demanda determina sua própria oferta para que não haja um excesso de produção nem escassez de poder aquisitivo.

Os economistas clássicos adeptos do liberalismo, dentre os quais Adam Smith, mesmo reconhecendo o egoísmo natural do ser humano, destacavam a existência de uma harmonia de interesses. Cada indivíduo, ao procurar alcançar os próprios interesses, servia aos interesses mais elevados da sociedade. São, segundo Mochon e Troster(1994), as “leis naturais da produção”. “*O homem deixado à sua iniciativa, ao dar seguimento ao seu próprio interesse (egoísta), promove o dos demais*” (Adam Smith In: TOLEDO, 1997: 73).

Neste caso, caberia ao Estado apenas o papel de guardião dos interesses liberais, assumindo “*um caráter fundamentalmente jurídico, tornando-se mero mediador das contradições e conflitos inerentes a esta forma de sociedade. O Estado cumprirá assim, o papel de tornar legais as regras da sociedade civil burguesa transformando em lei as relações jurídicas ligadas às relações econômicas*” (VIEIRA, 1997: 15-16).

E é justamente aqui que reside o problema, já descrito na denúncia de Marx que viveu sob a égide do capitalismo liberal. Este sistema não teve um alcance universal, aumentou as distâncias sociais e deu vazão ao movimento socialista do fim do século XIX, início do século XX. Estava chegando ao fim a era do *laissez-faire*.

Alceu Ferraro (1997: 40), referindo-se a Émile James, cita algumas causas da decadência deste período: a grande depressão da década de 30 desencadeada com o colapso do mercado de ações em outubro de 1929 na Bolsa de Nova York, os inegáveis sucessos das economias planificadas (ditas comunistas) que levantaram a questão da concorrência de regimes, as economias desgastadas pela segunda Guerra Mundial.

O livre mercado cedeu lugar ao planejamento econômico ideali-

zado por um economista inglês chamado John Maynard Keynes.

2.2. A Era do Keynesianismo

A década de 30 marcada pela grande depressão apresenta uma série de tropeços jamais vistos pelo comando capitalista. De acordo com Galbraith (1989), existem três características visíveis da depressão nos países ocidentais industrializados daquela época: a deflação dos preços que gerava falências no setor industrial e na agricultura, desemprego e privações materiais que atravessava a população.

“A Lei de Say sobreviveu triunfante até a Grande Depressão. Foi então repelida por John Maynard Keynes que sustentou e argumentou convincentemente que poderia haver (e que naquele momento de fato havia) uma escassez de demanda. Ele mostrou que poderia haver uma preferência por se guardar e acumular dinheiro (...), e que então os preços poderiam não se ajustar à redução do fluxo da demanda; que as mercadorias poderiam permanecer sem compradores; e que aqueles que as fabricavam poderiam ficar sem emprego. Medidas corretivas que suplementassem o fluxo de demanda - empréstimos e gastos públicos - poderiam e deveriam ser tomados pelo governo” (GALBRAITH, 1989:69).

Era o fim do reinado do *laissez-faire*. O capitalismo precisava manter-se e por isso, fortalecer-se. Keynes trouxe a fórmula quase mágica em sua “*Teoria Geral do emprego, dos Juros e da Moeda*”, publicada em 1936. Basicamente, o economista defendia a intervenção do estado na economia. Keynes, acreditava numa forte relação entre a renda nacional e os níveis de emprego. Nesta caso, o Estado deveria atuar ativamente custeando o pleno emprego, forçando a taxa de juros para baixo o que estimularia os investimentos. Esta estratégia permitiria a redistribuição de renda e o aumento do consumo. Mesmo se num primeiro momento a intervenção econômica estatal implicasse num déficit orçamentário, posteriormente, o Estado resgataria esse dinheiro através dos impostos.

“Em épocas de prosperidade, as pessoas pagam mais impostos e espera-se que haja superávit. Durante as recessões, porém, os governos devem admitir a existência de déficits”(BUCCHOLZ, 1989: 227).

O bloco capitalista aderiu aos argumentos de Keynes e nas três décadas que seguem a segunda guerra mundial iniciou-se a “Era Keynes”, ou o “Welfare State” (Estado do Bem-Estar), ou ainda o que Hobsbawm batizou, em sua renomada obra “*Era dos Extremos*”(1996), a “Era do Ouro” do capitalismo. Para manter a “Paz Fria” sem ceder espaços para o “inimigo comunista” liderado pelo bloco continental soviético, a intervenção do Estado na economia era, talvez, naquele momento, a única alternativa do bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos.

“Todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescente, pleno emprego, industrialização e modernização, e estariam preparados para conseguí-lo, se necessário, por meio de um sistemático controle governamental e administração de economias mistas e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados, contanto que não fossem comunistas. A Era do Ouro do capitalismo teria sido impossível sem esse consenso de que a economia de empresa privada (...) precisava ser salva de si mesma para sobreviver” (HOBSBAWM. 1996: 268).

Na verdade, o que observamos com a intervenção estatal no capitalismo é uma espécie de contenção de conflitos. O descontentamento gerado pelas desigualdades sociais do liberalismo poderiam dar origem a movimentos de levantes revolucionários influenciados pelas teorias marxistas. Em suma, a nova forma assumida pelo capitalismo, que nomeamos de “keynesianismo”, adotou três caminhos que pretendiam alcançar um mesmo destino: o de investidor econômico, o de regulador dos conflitos e o de Estado benfeitor que procura conciliar crescimento econômico com legitimidade da ordem social.

Cabe observar que no Brasil, pertencente ao bloco capitalista

comandado pelos norte-americanos, esse processo não se deu de maneira pacífica. Contrariamente à realidade dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, aqui a sociedade política optou em acionar seus aparelhos repressivos para manter a hegemonia capitalista. O Estado brasileiro na era do keynesianismo, para se acomodar às exigências internacionais do novo paradigma econômico interveio diretamente no setor econômico e opressivamente no setor político. Conforme José Paulo Netto em *“Ditadura e Serviço Social”* (1990:27): *“Tal Estado concretiza o pacto contra-revolucionário exatamente para assegurar o esquema de acumulação”*.

Era preciso eliminar os “riscos políticos” para a instalação das grandes empresas internacionais e para a obtenção de privilégios do capital privado nacional. Entre 1961 e 1964, amplos setores da sociedade brasileira estavam optando por profundas reformas democráticas. Observava-se uma crise de hegemonia. Eclodiam por todo o país sinais de um movimento de libertação nacional e social. Cabe destacar que esse movimento fazia-se presente em dois setores estratégicos que poderiam pôr em xeque a nova ordem capitalista: o Presidente João Goulart, mesmo com um legislativo predominantemente conservador contava com lideranças políticas fortemente comprometidas com a população e que reivindicavam maior participação nas decisões políticas. Outro setor mobilizado em torno da construção desta nova hegemonia era o movimento operário e sindical. Tão logo a massa que precisava trabalhar para favorecer o lucro do capitalismo industrial da época!

Simionatto nos lembra em seus estudos sobre Gramsci que quando há uma crise de hegemonia podem ocorrer duas situações: a rearticulação da classe dominante que, através da coerção pode recuperar o controle da hegemonia, ou, a classe dominada, por sua vez, pode reverter as relações hegemônicas a seu favor, obtendo o consenso e ocupando espaços para se tornar classe dirigente e dominante, condutora do poder. No Brasil da década de 60, a história nos revela que predominou a primeira situação. Justifica-se assim, a “necessidade” de uma “contra-revolução preventiva”, expressa através de uma ditadura militar que durou 20 anos. Foi preciso pagar um preço alto para atravessarmos a “Era do Ouro” do

capitalismo...

“A finalidade da contra-revolução preventiva era tríplice, com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sóciopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo” (NETTO, 1996a: 16).

Desta forma, a ditadura brasileira garantiu: 1) a adesão do Brasil ao bloco capitalista norte-americano, contra o bloco soviético-comunista em período de guerra fria; 2) a expansão da riqueza do países líderes do capitalismo (leia-se: Estados Unidos) inspirados no paradigma keynesiano; 3) o privilégio das elites nacionais adeptas ao novo padrão do sistema capitalista.

Por conseguinte, podemos afirmar que, no Brasil, nunca tivemos um Estado de Bem-Estar Social no sentido de ampliação da cidadania com a efetividade de políticas sociais universais. Os interesses do capital sempre foram privilegiados em detrimento de uma distribuição social justa da riqueza.

O próprio José Paulo Netto reafirma em publicação posterior à sua análise sobre a ditadura: “*Não há, aqui, um Welfare State a destruir; a efetividade dos direitos sociais é residual*” (1996: 104).

Mas afinal, o que ocasionou a decadência do modelo keynesiano? Após cerca de 30 anos de um incontestado sucesso, o capitalismo, a partir da década de 70, enfrenta mais uma crise que vai obrigá-lo a alterar sua forma justamente para, mais uma vez, manter a hegemonia. Finalmente, após uma longa gestação teórica, a hegemonia capitalista dá luz ao Neoliberalismo, cujo pai é Friedrich Von Hayeck.

Hayeck, desde o período entre-guerras, defendia o livre mercado como alternativa às intempéries econômicas do início do século. A intervenção do Estado, segundo ele, só inibiria a ordem espontânea do mercado e não ajustaria as desigualdades sociais. Foi preciso esperar 30 anos para ser ouvido. Uma das primeiras adeptas aos argumentos neoliberais de Hayeck foi Margareth Thatcher, Ronald Reagan, Helmut Kohl e, conseqüentemente, o Brasil.

2.3. Neoliberalismo

Viviane Forrester em seu polêmico “*Horror Econômico*”, referindo-se ao Welfare State, alfineta:

“As grandes empresas e as organizações mundiais observam com reprovação essas orgias de outra época, irresponsáveis por todos os males: salário mínimo, descanso remunerado, alocações familiares, previdência social, renda mínima, loucuras culturais, para citar apenas alguns exemplos desse desperdício. Tantos fundos desviados das finalidades da economia de mercado para sustentar pessoas que nem pedem tanto” (1997: 121).

A passagem do keynesianismo para o neoliberalismo é o resultado de uma multiplicidade de fatores interligados: as políticas de bem-estar não estavam fornecendo os lucros desejados para os detentores de capital descontentes com os onerosos encargos sociais previstos para os trabalhadores, os Estados ocidentais começavam a sentir os problemas financeiros provocados pelos altos gastos com as corridas armamentistas da guerra fria, estes mesmos Estados estavam com suas contas deficitárias em decorrência do sustento fornecido à seguridade social. Os países adeptos do modelo keynesiano passaram a conhecer o problema da inflação. Toledo nos esclarece esse processo:

“O Estado social, ao se converter em eixo de acumulação do capital e da ordem social, viu-se obrigado a gastar muito além de um orçamento não-inflacionário. As receitas do Estado, provenientes dos lucros de suas empresas, dos impostos recolhidos de operários e empresas, dos empréstimos e da emissão monetária, não poderiam equilibrar-se no Estado social” (1997: 76).

O desequilíbrio gerou a inflação porque de um lado, as empresas impulsionavam os preços e o custo de vida sobre os salários e, de outro lado, os acordos salariais tendiam para uma ascendência sobre os preços. Um exemplo que ilustrou os limites do modelo keynesiano foi a crise do petróleo. Em 1973 houve um grande aumento no preço do petróleo, resultado das decisões da OPEP, cartel dos países produtores de petróleo. Sentiu-se o reflexo dessa investida anti-estatal em todo o mundo.

Bem nos lembra Alceu Ferraro, que nos países periféricos como o Brasil, “*onde o Welfare State era/é apenas incipiente, a investida (neoliberal)* teve/tem efeitos mais demolidores*” (1997: 51).

O Brasil na década de 80, enfrentava uma séria crise econômica provocada por uma altíssima inflação e uma exorbitante dívida externa, consequências da abertura transnacional.

O capitalismo muda as regras do jogo. Agora quem comanda não é mais o Estado e sim o Mercado.

“As corporações transnacionais, o grande capital, implementam a erosão das regulações estatais visando claramente a liquidação de direitos sociais, ao assalto ao patrimônio e ao fundo público” (NETTO, 1996:100).

Assim, o neoliberalismo caracteriza-se como um novo ciclo do capitalismo que consiste em reconstituir o mercado, a competição e o individualismo. No que tange a “competição sadia”, Forrester avisa:

* Grifo nosso.

“Concorrência e competitividade não agitam tanto quanto dizem, e sobretudo não como dizem, as empresas e os mercados. As redes mundiais, transnacionais, são por demais imbricadas, entrecruzadas, ligadas entre si para que isso ocorra. Trata-se, mais propriamente, de álibis que recobrem um interesse que é comum a toda a economia privada, e que reside principalmente naquelas vantagens, privilégios, exigências, permissividades a que ela se diz obrigada por rivalidades terríveis ameaçadoras, quando se trata principalmente de alianças dentro de um mesmo programa” (1997: 124).

Trata-se de impor um novo padrão de acumulação que visa concentrar o capital nas mãos de grandes corporações internacionais que agora tomam o comando econômico, antes à frente do Estado. Não é à toa que a globalização passa a ser um importante instrumento do neoliberalismo. A produção e o consumo não têm mais fronteiras delimitadas.

Ao que tudo indica parece que o neoliberalismo se instala como condição irreversível. Revestido sob esta forma o capitalismo se fortalece na direção econômica e ideológica mundial, ocupando as esferas de poder, passando, cada vez mais, a ser um modo de vida. O próprio Estado está a serviço desta ordem: “*Apesar de todo esse antiestatismo os neoliberais querem um Estado forte, capaz de garantir um marco legal adequado para se criarem as condições propícias à expansão do mercado*”(LAURELL, 1997: 162).

Temos que tomar cuidado diante da afirmação de que predomina o Estado mínimo no neoliberalismo. Ocorre que há uma redução na intervenção das políticas públicas que não são rentáveis para a classe dominante. Predomina a lógica da apropriação privada do público. As empresas estatais que podem ser rentáveis às grandes corporações são privatizadas. Basta observar os últimos acontecimentos no setor de telecomunicações, sem falar da polêmica existente às voltas da privatização da educação.

Ao invés da redução do tamanho do Estado, acredita-se na redução das funções sociais do Estado. Segundo Ferraro, estamos, isto

sim, diante de uma redefinição do Estado “*com redução de suas funções de cunho social universalista, e ampliação do espaço e poder dos interesses privados, particularistas, da acumulação*” (FERRARO, 1997: 51).

O que notamos é um Estado reabsorvido pela sociedade civil sendo que assistimos “*a extinção gradativa dos mecanismos coercitivos e autoritários e o fortalecimento dos organismos da sociedade civil, portadores materiais da hegemonia*”(SIMIONATTO, 1995: 72).

No Brasil despedimo-nos da ditadura militar pois, afinal, ela já cumpriu com seu objetivo de implantação de transnacionais e contenção das forças revolucionárias que, de certa forma, já não representavam o mesmo perigo que na década de 60. A guerra fria esmorecia e a cortina de ferro estava enferrujada. O bloco soviético apresentava sinais de rendição às forças ocidentais.

No entanto, essa abertura democrática não possibilitou o “reinado da esquerda”. Borón esclarece:

“A direitização do clima ideológico e político do Ocidente nos anos 80 trouxe consigo um duplo movimento: por um lado, uma supersticiosa exaltação do mercado, fechando os olhos para os resultados catastróficos que seu funcionamento autônomo havia produzido no passado - até desembocar na Grande Depressão de 1929 - e absolvendo-o piedosamente de suas culpas. Por outro, uma recíproca satanização do Estado como causador de todas as desgraças e infortúnios que, de diferentes maneiras, afetaram as sociedades capitalistas. Não é precisamente uma casualidade que a crítica ao Estado tenha começado a aumentar quando os Estados capitalistas da América Latina iniciaram uma nova etapa democratizadora” (1998: 77).

A democracia se estabelece enquanto instrumento para a ascensão do neoliberalismo que pretende manter a hegemonia do capitalismo. Trata-se de uma democracia instalada para o proprietário. “*Se poderia pregar o liberalismo e o democratismo de um Estado cuja cidadania, no entanto, não transcendia o universo das classes proprietárias*”(BORÓN,

1998: 72).

Por isso, vivemos em uma democracia artificial, “*sem sobrenome*”, completa Atilio Borón. “*O substantivo é o capitalismo e o adjetivo, a democracia*”.

Ainda de acordo com o autor quando ele alega que “*tanto na periferia do capitalismo como em seu núcleo mais desenvolvido, a democracia é encontrada entrelaçada com uma estrutura de dominação classista, que impõe rígidos limites a suas potencialidades representativas e, em maior medida ainda, às possibilidades de autogoverno da sociedade civil*”(1998: 69).

A parcela da sociedade civil que referimos na citação de Borón destina-se a maioria dela: os grupos subalternos que representam a extrema pobreza, doenças, analfabetismo, desemprego. Trata-se de toda a população fragilizada por esse sistema aqui descrito. É justamente a população que recorre ao Serviço Social, população essa subordinada à hegemonia do sistema capitalista.

3. Os reflexos do bloco histórico para o Serviço Social

Os problemas decorrentes do bloco histórico em vigor são o “material” de intervenção do Serviço Social. Serão abordados essencialmente três problemas: o desmonte da relação trabalho-emprego, a exclusão social e as políticas sociais ineficientes, quando não ausentes.

Parece óbvio, mas é sempre bom lembrar que esses três resultados problemáticos presentes em nosso quadro societário estabelecem uma estreita relação entre sí.

3.1. O desmonte da relação trabalho-emprego

Suzana Albornoz em seu elucidativo livro “*O que é Trabalho*”(1986), define este último como sendo o resultado de toda atividade humana exercida para sua sobrevivência e realização. Essa atividade

pode ser física ou intelectual e visa sempre um determinado fim, atribuindo uma identidade social ao indivíduo a partir da qual ele estabelece suas relações sociais.

Uma das questões determinantes do capitalismo mostrada por Marx, é o fato do trabalho ter se tornado meio fundamental de subsistência. Dito de outra forma, o sistema capitalista transformou o trabalho em mercadoria. Ter a possibilidade de empregar sua força de trabalho neste sistema é condição de sobrevivência. Do esforço do trabalhador é extraído um valor que deixa uma sobra aos interesses da capital, pois o salário do empregado fica muito aquém do valor que ele cria para o mercado, permitindo a acumulação.

“A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído” (ANTUNES, 1995: 124).

Ricardo Antunes ainda ressalta que o trabalho antes de representar realização, significa “primeira necessidade”. Deste modo, sobrevivemos em meio a uma realidade que condiciona a “classe que vive do trabalho”, onde num extremo os trabalhadores oferecem sua força de trabalho, e, no outro extremo apresentam-se os proprietários dos meios de produção que empregam a força de trabalho.

O problema reside no fato que com a nova “performance” assumida pelo capitalismo através do neoliberalismo, acompanhada pela evolução tecnológica, o trabalho, desde a última década, vem sofrendo alterações nas suas formas de organização.

Tempo de serviço, estabilidade no emprego são aspectos em extinção no mundo do trabalho, sem falar dos postos de trabalho que estão desaparecendo para ceder lugar às máquinas.

“As tendências do mercado de trabalho não apontam para a estabilidade no emprego e, muito menos, para o emprego pleno. Ao contrário,

tudo parece convergir para uma sociedade de desempregados” (SILVA A., 1996: 15).

Para os poucos que ficam, exige-se competitividade, criatividade, racionalidade (produzir mais em menos tempo e com o menor custo possível), conhecimento diversificado (línguas estrangeiras, informática, psicologia do consumidor). O trabalhador deve ser cada vez mais “empregável”, ou seja, ele deve saber executar várias tarefas e desenvolver atividades consideradas multifuncionais. Só assim ele estará à frente na briga por vagas e promoções.

Outro aspecto que podemos enfocar no novo mundo do trabalho que responde à lógica neoliberal, é a pulverização dos movimentos dos trabalhadores. A alta taxa de desemprego, a flexibilização do trabalho (trabalho por produção, rodízio em horários e setores) não têm deixado muita escolha ao trabalhador no que se refere às suas reivindicações de trabalho, inibindo protestos e organizações coletivas. A fragilidade atual dos sindicatos, as negociações diretas entre patrões e empregados têm deteriorado qualquer forma de organização coletiva que reivindique a humanização do trabalho.

O que é mais perverso nessa degradação do mundo do trabalho escasso é que está havendo uma inversão de eixo na luta de classes. Os trabalhadores estão se colocando uns contra os outros na tentativa de garantir um pequeno espaço daquilo que já é tão raro. Há, de fato, como afirma Maria Lúcia Martinelli, um rompimento com o princípio de relacionamento entre iguais.

“Hoje qualquer um de nós, certamente, conhece um lar onde há um desempregado, ou onde há alguém pressionado para se aposentar (...) Nós olhamos para uma pessoa que tem maior idade e um tempo maior de trabalho como se estivesse ocupando o posto mais jovem, esquecendo-nos de que é fundamental que ela estaja ali, pois não vamos poder construir uma sociedade nova despojando-nos das experiências anteriores” (MARTINELLI, 1998: 138).

Está mais do que deflagrado o hêsito da hegemonia atual. Aparentemente, não existem riscos de formação de uma contra-hegemonia visto que os setores subalternos estão desunidos.

No que tange a questão do trabalho, o Serviço Social vê-se diante de um duplo desafio: intervir e tentar elucidar os conflitos emergentes em meio à classe que vive do trabalho e àquela que já não vive mais do trabalho, seja porque não o alcança ou já o perdeu; repensar a própria prática profissional do Serviço Social para que ela se mantenha no mercado.

O assistente social não está fora dessa nova organização do trabalho. Estas “novas exigências” também dizem respeito a nossa profissão. Por isso, faz-se menção especial a uma característica que se instala na categoria, característica esta que não deixa de ser mais uma consequência do quadro societário atual. Trata-se da terceirização do Serviço Social. Por terceirização entende-se a transferência de tarefas e atividades secundárias de uma empresa para terceiros no caso, para assistentes sociais. Com a vulnerabilidade do trabalho sob a forma do emprego, o Serviço Social está optando pela via do “trabalho autônomo”, prestando assessorias e consultorias a empresas, organizações privadas e órgãos públicos. Isso modifica toda a estrutura profissional do assistente social desde a formação até o leque de intervenções no campo de trabalho. O assistente social não deve mais ficar no aguardo de uma vaga em alguma instituição que irá assalariá-lo, ditar-lhe as regras de um trabalho meramente executivo. Ele não pode mais acomodar-se a este limite que, de fato, tem-lhe fornecido pouca visibilidade quanto aos resultados alcançados e quanto à própria relevância social obtida. Aprofundando um pouco mais esta reflexão, é preciso perceber que, no que tange a sua “utilidade”, a profissão, por causa do quadro social existente, não está propensa a “desaparecer” como outros postos de trabalho. O Serviço Social tem muito a oferecer em termos de planejamento e intervenção social. Mas para isto é preciso criar estratégias de demandas profissionais. Uma delas está surgindo via trabalho autônomo. Grupos de profissionais da área, e até mesmo de outras formações, estão

se reunindo em associações para prestação de serviços sociais.

3.2. Exclusão social

A lógica de mercado resulta numa crescente polarização entre ricos e pobres. Aqui cabe salientar um dado para ilustrar a contradição que nos choca: no Brasil adentramos a década de 90 em que os 10% mais pobres respondiam por 0,8% da riqueza produzida e os 10% mais ricos detinham 48,7% desta riqueza*. Predomina uma população que luta pela sobrevivência e não pela qualidade de vida.

A lógica de mercado que mencionamos, a de concentrar riquezas e não distribuí-las, vem acompanhada da lógica de exclusão. A exclusão social é um termo em voga nesta década para designar o estado de extrema pobreza. Pior: exclusão é o estado de extrema pobreza e a impossibilidade de se livrar de tal situação. É o bloqueamento da ascensão social.

“A exclusão social tem se caracterizado como um fenômeno da sociedade contemporânea. Se em épocas anteriores da modernidade, a sociedade já apresentava um número significativo da população fora dos padrões mínimos de renda e fora do campo de ação dos serviços públicos básicos, sempre se visualizava a possibilidade de inserção social. O fato da exclusão era tratado como uma questão de tempo, ou seja, com o progresso, todos teriam garantido seu espaço na sociedade” (TOSTA, 1997:11)

Não foi o que o “progresso” nos mostrou. Hoje nos deparamos com os “sem nada”: os “sem terra”, “sem teto”, “sem saúde”, “sem educação”, “sem trabalho”, “sem voz e vez”. É a condição mais degradante, mais humilhante de um ser humano. E é justamente esse ser humano que vem bater na porta do assistente social ...

* IBGE (1995)

A exclusão social não é mais característica predominante dos países mais pobres. Agora dividimos a fatia com os países antes considerados “desenvolvidos”. Espanta-se um sociólogo sueco:

“Vemos em todos os países, não somente na América Latina, tendências a um desemprego de massas de caráter permanente, uma reprodução da pobreza e, também, o surgimento de altos graus de desesperança e de violência, inclusive nos países escandinavos” (THERBORN, 1998: 47).

A pobreza também faz parte dos itens de globalização. James Gustave Speth, define a pobreza como um rosto de múltiplas faces: além da escassez de renda, a pobreza se reflete também em suas más condições de saúde, educação, falta de acesso ao conhecimento, à informação, aos meios de comunicação, na impossibilidade de exercer seus direitos políticos, e, por isso, de fazer valer os direitos humanos. Sobram a ausência de dignidade, de confiança e de respeito à pessoa humana (PNUD, 1997: iii).

Quando abordamos a “exclusão”, nos referimos ao estado extremo de pobreza mas, devemos ampliar seu significado. José Wellington Germano traz essa discussão em artigo recente publicado na “*Serviço Social e Sociedade*”(julho de 1998). A sociedade, segundo ele, está agudizando seus mecanismos de expulsão, propiciando a exclusão social. Neste caso, é importante esclarecer que exclusão é mais do que uma simples dualidade entre incluídos versus excluídos porque ela caracteriza uma noção de não-cidadania. Esta noção já é observada no relatório do PNUD quando caracterizam a pobreza em suas várias dimensões, inclusive quando não há acesso para o exercício dos direitos políticos. “*Retiramos dos pobres seu papel de ator político*”(GERMANO, 1998:35).

É a total eliminação de uma camada populacional que se sente estigmatizada, inferiorizada, presa em sua própria condição e incapaz de reagir. Os poucos que ainda buscam algum caminho, são recebidos com piedade momentânea, temor e até mesmo violência. Basta observar as

chacinas e execuções que tomam conta do Brasil nos últimos anos. “*É um processo de extermínio de seus ‘excedentes’, já não assimiláveis pelos processos tradicionais de trabalho e socialização*” (GERMANO, 1998: 35).

Já os que são recebidos com piedade momentânea e até mesmo temor, precisam se justificar, provar e persistir. O que recebem em troca são fragmentos, compensações temporárias, concretizadas com “Campanhas” seja de remédios (vencidos se não falsificados), seja do agasalho (roupas usadas), com “Dias da Cidadania” - de dois em dois anos, um dia no ano, organiza-se um “mutirão de atendimento social” onde formam-se filas imensas, às vezes embaixo de chuva forte, para obter-se documentos de identidade gratuitos, atendimentos (parciais) médicos, odontológicos e jurídicos gratuitos. Interessante observar que os promotores de tais campanhas e eventos, por vezes, aproveitam a ocasião para tirar alguma “lasquinha” de elegibilidade política.

O processo de exclusão é mais perverso que a situação de pobreza material. Apesar da situação econômica ser determinante na exclusão social, ela não se resume só a isto. A dimensão política revela a presença de um cidadão que não exerce a sua cidadania. A dimensão sócio-cultural mostra o pobre como sendo o alvo de ameaças. É aqui que a exclusão se reforça, “*com a criação de representações sociais nas quais o pobre ora é objeto de pena e indiferença, ora é objeto de medo e eliminação*” (TOSTA, 1997: 18). Jamais é sujeito empreendedor de seu destino.

Agora pergunta-se: que papel as políticas sociais exercem em nossa realidade? Ou não seria melhor indagar: que papel nossas políticas sociais, previstas na Constituição de 1988, deixam de exercer?

3.3. As políticas sociais ineficientes e ausentes

Se o esboço societário traçado conclui uma hegemonia capitalista neoliberal que, com a ajuda do Estado privilegia pouquíssimas corporações transnacionais, deixando para trás uma massa de desempregados e excluídos, nos parece evidente que as políticas sociais não estão respon-

dendo aos setores demandatários.

Ademir Alves da Silva define Políticas Sociais como sendo:

“A possibilidade de conquista de direitos sociais: acesso a bens, recursos e serviços, transferência de renda para os mais pobres, satisfação de necessidades humanas básicas e vitais, melhorias da qualidade de vida e participação na gestão democrática de serviços sociais” (SILVA, 1997: 191).

Num contexto onde o econômico predomina, ou melhor, achata o social, notamos sem muitas dificuldades que a aplicação das políticas sociais é falha. É a verdadeira investida contra os gastos sociais. Nota-se uma demolição do Serviço Social, âmbito das políticas sociais já que elas são, teoricamente universais e gratuitas.

Pierre Bourdieu ao descrever a “*Miséria do Mundo*” (1997), miséria cotidiana a que estão submetidos cidadãos comuns, à beira da exclusão, lutando para não cair nesse abismo sem fundo, observa que há uma transferência do público para o privado quando há sinais de rentabilidade. Nesse caso, formula-se a desculpa de que o serviço público é ineficiente, burocratizado e só traz prejuízo. (É a sociedade civil, mais uma vez, formulando e transmitindo uma ideologia para a criação do consenso hegemônico).

É uma transferência de responsabilidade do Estado para o setor privado que se dá de forma lenta, não divulgada e nos pega desprevenidos. No momento de recorrer a uma política social nos vemos diante de uma escolha: serviço público gratuito lento e ineficiente ou, serviço privado pago, ágil e competente. No serviço público dependemos de fichas de espera, de longas filas na rua de madrugada. No setor privado, somos prontamente atendidos, ainda com direito a hora marcada, conforme nossa disponibilidade. Daí surgem os convênios de saúde privados, serviços funerários pagos com “antecedência”, sistema de aposentadorias financiadas, enfim, seguros de todas as espécies, porém, tabelados. Chegamos ao ponto de consumir políticas sociais!

Aos excluídos não resta escolha, eles dependem da “tutela” pública ou da caridade privada residual. É esse tipo de política social que resta como instrumento a acionar por parte do assistente social. Quando esse profissional tem a parca possibilidade de viabilizar tais políticas, reconhece-se a realização de um serviço de baixo padrão com prestação de auxílios irrisórios. Não há possibilidade de agir de outra forma numa situação de alta demanda e pouca oferta. Em meio a esta tensão registra-se a opção “*de ‘dar mais a quem tem menos’, em vez de ‘dar tudo cada vez mais a todos’, como se esperaria de uma política de direitos sociais*”(CAMPOS, 1995: 44-45).

É diante desta realidade contraditória que são feitas as exigências ao Serviço Social. De um lado, são demandas provindas dos grupos dominantes que direta ou indiretamente mantêm a hegemonia capitalista. De outro lado, percebe-se a necessidade de reverter essa estrutura de poder que desmantela direitos sociais levando comunidades inteiras a viver sob condições subhumanas.

Considerações finais

Existe uma clara articulação da prática profissional do Serviço Social com os pólos constitutivos da estrutura social. Afinal, o assistente social é aquele profissional que intervém na realidade com o intuito de defender os direitos humanos. Por isso, ele traduz as demandas emergentes procurando fortalecer os sujeitos e agrupamentos fragilizados. É o que Faleiros denomina de “empowerment”(Faleiros, 1996). Para tal, o assistente social aplica as políticas sociais vigentes e tem, inclusive, a competência de elaborá-las, modificá-las e zelar pela implantação das mesmas. Entretanto, de nada adianta munir-se dessas prerrogativas teórico-metodológicas se ele não incluir em sua atuação as determinações históricas que circundam sua prática.

O assistente social deve estar em sintonia com a realidade contextual que o cerca.

“O profissional que não souber fazer leitura da realidade, não saberá, conseqüentemente, atuar nessa realidade. E se a prática profissional é fundamentalmente ação, ela pressupõe o conhecimento do real como condição de trabalho, como instrumento de trabalho” (MARTINELLI, 1994: 70).

Este “conhecimento do real” requer uma abertura para a pluralidade de conhecimentos na área social. O assistente social não deve se limitar ao domínio de métodos e técnicas porque a realidade que ele abarca é tão ampla que exige uma visão de totalidade

O Serviço Social é uma profissão que se insere em meio às relações que, em sua maioria, são contraditórias. O próprio fato de trabalhara nas/ com relações já pressupõe uma tendência em buscar uma interação, uma complementaridade em nosso agir cotidiano. Trata-se, antes de mais nada, de uma predisposição a adotar uma postura ética que ao mesmo tempo requer valorização da profissão e partilha do saber. Só assim é possível abarcar um fenômeno em sua total inteireza. Afinal, “*é certo que o campo do social não é privativo de uma única área*” (MARTINELLI et al. (org.), 1995: 156). Em uma época em que se prioriza o individualismo essa prerrogativa é mais uma variável contra-hegemônica. Mas, é nessa direção, “contra o vento”, que precisamos remar para superar as contradições presentes.

Bibliografia

ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho**. São Paulo: brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: cortez e Unicamp, 1995.

BALDISSERA, Adelina. **CEB's: poder, nova sociedade**. São Paulo: paulinas, 1988.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E. & GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998. P. 63-118.

BOURDIEU, Pierre. (coord.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vizes, 1998.

BUCCHOLZ, Todd. **Novas idéias de economistas mortos. O moderno pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Tama, 1989.

CAMPOS, Marta Silva. A face interna dos modelos de intervenção do Serviço Social: a “tutela social” e a defesa dos direitos sociais. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 49, p. 43-56, nov. 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus:, 1989.

FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social questões presentes para o futuro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 50, abr. 1996.

FERRARO, Alceu R. O movimento neoliberal: gênese, natureza e trajetória. **Sociedade em Debate**. Pelotas, v. 3, n. 4, p. 33-58, dez. 1997.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

GALBRAITH, John Kenneth. **O pensamento econômico em perspectiva. Uma história crítica**. São Paulo: Pioneira, 1989.

GERMANO, José Wellington. **Pobreza e Educação: o avesso da cidadania. Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 57, p. 28-51, jul. 1998.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995a.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995b.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel. As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci.** 13. Ed. Porto Alegre: L&PM, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991.** 2. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e Políticas Sociais no neoliberalismo.** 2. Ed. São Paulo: cortez e cedec, 1997.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O ensino teórico-prático do Serviço Social: demandas e alternativas. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 44, p. 61-76, abr. 1994.

_____ et alii (org.). **O Uno e o Múltiplo nas relações entre as áreas do Saber.** São Paulo: cortez e educ, 1995.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social na transição para o próximo milênio, desafios e perspectivas. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 57, p. 133-148, jul. 1998.

MARX, Karl. As Classes Sociais. In: FERNANDES, Florestan. **Marx.** 7. ed. São Paulo: ática, 1992. P. 99-101. (Coleção Grandes Cientistas Sociais. Sociologia).

MOCHON, F. & TROSTER R. H. **Introdução à Economia.** São Paulo: Makron Books, 1994.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64.** 3. Ed. São Paulo: cortez, 1996a.

_____. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

PNUD. **Rapport Mondial sur le développement humain.** 1997. Paris: Economica, 1997.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SILVA, Ademir Alves da. **Mercado de Trabalho: tendências e demandas aos assistentes sociais**. Relatório de Pesquisa. São Paulo: PUCSP, 1996/1997.

_____. A profissão de assistente social no limiar do novo século. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, n. 2, Departamento de Mestrado em Serviço Social da PUCRJ, p. 79-95, jul-dez 1997.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. Florianópolis: UFSC; São Paulo: cortez, 1995.

SIMIONATTO, Ivete. Estado e Sociedade Civil: uma visão gramsciana da contemporaneidade. **Sociedade em Debate**. Pelotas, v. 3, n. 4, p. 3-14, dez. 1997.

THERBORN, Goran. A crise e o futuro do capitalismo. In: GENTILLI, Pablo e SADER, Emir. Pós-neoliberalismo. **As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. P. 39-61.

TOLEDO, Enrique da la Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 2. Ed. São Paulo: cortez e cedec, 1997.

TOSTA, Tânia Ludmila. A representação social do excluído em Brasília. **Textos Graduados**. Brasília, v. 3, n. 4/5, p. 10-24, jan./dez. 1997.

VIEIRA, Luiz Vicente. O estado moderno e a implantação da economia de mercado. **Sociedade em Debate**. Pelotas, v. 3, n. 4, p. 15-31, dez. 1997.

